



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Andréa Branco SIMÃO

Cedeplar/UFMG

deia@cedeplar.ufmg.br

Paula MIRANDA-RIBEIRO

Cedeplar/UFMG

paula@cedeplar.ufmg.br

Paula Pinheiro GUEDES

Cedeplar/UFMG

paulapguedes@hotmail.com

Camila da Cunha Souza do AMARAL

Cedeplar/UFMG

camila.csouzaamaral@gmail.com

Marina Cavaliéri GOMES

Cedeplar/UFMG

marinacavaliéri@yahoo.com.br

**O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE A CONEXÃO ENTRE
GÊNERO E RAÇA LENDO A RELAP E A REBEP?**

O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE A CONEXÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA LENDO A RELAP E A REBEP?

1. INTRODUÇÃO

A redução das desigualdades, dentre elas as de gênero e de raça/etnia, são dois dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que entraram em vigor em 2016. No caso da América Latina e Caribe, apesar da complexidade e diversidade das questões relativas a gênero e raça, há um consenso na literatura acerca da desvantagem sistemática das mulheres em relação aos homens, e dos negros e indígenas (de ambos os sexos) em relação aos brancos, quando se comparam indicadores sociais de educação, saúde e trabalho, dentre outros (CEPAL, 2019; IBGE, 2019). Ao se entrelaçarem, as desigualdades de gênero e raça se potencializam e tornam determinados grupos populacionais muito mais expostos a situações de vulnerabilidade, como é o caso das mulheres negras (Abramo, 2004).

Diante desse cenário, o objetivo central deste estudo é analisar se, e como, a conexão entre gênero e raça é tratada na produção científica publicada na Revista Latinoamericana de Población (Relap) e na Revista Brasileira de Estudos de População (Rebep). Especificamente, esse trabalho pretende responder quatro questões centrais: i) O que é possível aprender sobre gênero e raça a partir da Relap e da Rebep? ii) Quais abordagens metodológicas têm sido mais empregadas nos trabalhos? iii) Quem são os autores que tratam desses temas e a que instituições pertencem? iv) Quais são as temáticas cobertas e como as conexões entre as duas variáveis de interesse são feitas?

Para apresentar e discutir as questões propostas, este trabalho está dividido em cinco partes, sendo a primeira esta introdução. A segunda parte apresenta uma breve discussão teórica acerca da inclusão ou não de temas relativos a gênero e raça na demografia, enquanto a terceira descreve os dados e métodos empregados para atingir os objetivos propostos. Os resultados são apresentados na quarta parte. Por fim, à guisa de conclusão, a quinta parte expõe algumas considerações acerca dos resultados, apontando possíveis caminhos através dos quais a demografia pode contribuir para o debate ao lidar com o entrelaçamento das questões de gênero e raça.

2. GÊNERO E RAÇA NA DEMOGRAFIA

Desde os anos 1990, demógrafos e demógrafas, assim como outros cientistas sociais, vêm mudando a forma de pensar as questões de gênero (Riley, 2007). Na América Latina, a tradição dos estudos na área remonta à década de 1970 e, assim como em outras regiões do mundo, começou com trabalhos sobre a mulher e não exatamente sobre gênero (Nash, 1992; Riley, 1998). O conceito de gênero, que ganhou mais força a partir de Scott (1988), foi “definitivamente legitimado enquanto linguagem de política pública global” (Alves e Corrêa, 2004, p. 127) durante a preparação para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) do Cairo, em 1994.

No que tange à demografia, aos poucos os homens passaram a ser incorporados também aos estudos de fecundidade, um campo que, até então, sempre foi praticamente exclusivo das mulheres (Riley, 2007). Além disso, gênero passou a fazer parte dos arcabouços teóricos dos estudos sobre transição da fecundidade (McDonald, 2000).

Um dos problemas para incorporar gênero na análise demográfica é que, devido ao tipo de dado utilizado por demógrafos, há uma enorme dificuldade em ir além das diferenças entre homens e mulheres (Riley, 2007). Os censos demográficos e grande parte das pesquisas amostrais coletam

somente informações sobre sexo (masculino e feminino). Uma exceção são os *Demographic and Health Surveys* (DHS), cujos questionários aplicados em alguns países incluem perguntas que têm como objetivo medir a desigualdade de gênero, o empoderamento feminino e as normas relativas a gênero. O Quadro 1 apresenta indicadores de gênero para alguns países da América Latina e Caribe.

Quadro 1: Indicadores de gênero na América Latina e Caribe, países selecionados

Indicadores de gênero	Bolívia	Colômbia	Guatemala	Haiti	Honduras	Peru	Rep. Domin.
	2008	2015	2014-15	2016-17	2011-12	2012	2013
Palavra final em todas as decisões (mulher)*	74,1%	72,1%	63,1%	69,1%	63,2%	64,7%	78,8%
Bater na mulher (mulher)**	16,1%	3,1%	11,0%	16,6%	12,4%	3,5%	2,3%
Bater na mulher (homem)***	-	4,2%	7,3%	10,9%	9,9%	-	4,2%
Violência física ou sexual, marido ou parceiro****	3,6% (2003)	37,4% (2010)	8,5%	13,9%	11,0%	12,9%	16,0%
Mulheres com educação secundária ou superior*****	53,4%	82,7%	39,7%	56,5%	45,9%	75,2%	67,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da DHS, disponíveis em <https://dhsprogram.com/topics/gender/index.cfm>.

* Final say in all of the decisions.

** Wife beating, justified for at least one specific reason (women).

*** Wife beating, justified for at least one specific reason (men).

**** Physical or sexual violence committed by husband/partner in the last 12 months.

***** Women with secondary or higher education.

Se o número de sessões sobre gênero em congressos e encontros de população é um indicador do interesse científico pelo tema, então ainda há um longo caminho a ser percorrido. Somente cerca de 5% das sessões realizadas nos encontros de 1999 e 2009 da *Population American Association* (PAA) trataram do papel de questões de gênero (Williams, 2010).

No que tange à raça, as Ciências Sociais, de uma maneira geral, têm prestado atenção especial às questões relativas à “raça” há bastante tempo. Historicamente, essa variável apresentou uma relevância na explicação de processos biológicos e socioculturais. Na atualidade, persiste como “conceito socioantropológico relevante na vida cotidiana, no plano das relações culturais, políticas, econômicas e jurídica” (Maio e Santos, 2010, p. 22). É importante ressaltar que, apesar dos conceitos de raça e etnia serem, muitas vezes, utilizados como sinônimos, eles têm significados muito distintos. Raça está associada a características físicas, enquanto etnia está ligada a atributos comportamentais e culturais (Saenz e Morales, 2005). A questão dos dados sobre raça/etnia também deve ser levada em consideração. Um estudo para 17 países da América Latina indica que a quase totalidade dos censos demográficos utiliza o critério de autoclassificação (Antón et al, 2009).

As análises que incorporam gênero e raça/cor são fundamentais e necessárias para o entendimento das múltiplas e complexas opressões sociais (Biroli e Miguel, 2015). Esses autores argumentam que essas variáveis não operam de maneira isolada e a sua incorporação nos estudos de diferentes temas permitem um retrato mais preciso das iniquidades do mundo social. Brah (2006) ressalta que, embora discussões teóricas no campo de gênero já aconteçam há um certo tempo, a preocupação com a identificação das especificidades de algumas formas de opressão, de dominação e subordinação, que expressam hierarquias sexuais e de gênero entre mulheres de diferentes grupos de raça/cor, por exemplo, são recentes. Nessa direção, Soihet (2000) esclarece que, no Brasil, o percurso trilhado por mulheres brancas e negras foi diferente. Atributos como submissão, recato, delicadeza, fragilidade e necessidade de proteção masculina não cabiam na realidade das negras que, como ressalta a autora, nunca foram tratadas como frágeis. Elas sempre fizeram parte do contingente daquelas que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Elas fazem “parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas ou mulatas tipo exportação” (Carneiro, 2003, p. 49). Aliado a esses aspectos, Soihet (2000) destaca que toda a construção da imagem feminina foi embasada na realidade da elite branca, marginalizando a mulher pobre e negra. O arcabouço institucional estava sendo delineado para abarcar mulheres de uma realidade elitizada, sendo nesse padrão a “mulher de bem”. No entanto, a autora ressalta que a realidade da classe feminina trabalhadora se enquadrava em padrões “mal vistos”. Sua independência a tornava insubmissa ao homem. Além disso, pouquíssimas mulheres da classe popular formalizavam o matrimônio, em um período cujo casamento formal era tido como um valor, e suas atitudes, impensáveis àquela imagem construída socialmente e atribuída à mulher honesta, às tornavam próximas às criminosas.

3. DADOS E MÉTODOS

Para atingir o objetivo proposto, são analisados disponíveis na Revista Latinoamericana de Población (Relap) e na Revista Brasileira de Estudos de População (Rebep). Os dois periódicos procuram estimular o debate sobre questões relevantes na área dos estudos de população no âmbito da América Latina em geral e do Brasil em particular, abrindo espaços para a divulgação e o diálogo entre este campo de conhecimento e áreas afins. Desde 2019, a Rebep é um periódico online de publicação contínua, composto por artigos inéditos, de reconhecido mérito científico, sobre demografia e estudos de população, assim como de áreas afins que mantenham o diálogo com o escopo da revista. A Relap é um periódico com publicação semestral e que tem por objetivo “difundir a investigação demográfica que se realiza na América Latina e oferecer um espaço de debate acerca das agendas de investigação, problemas demográficos e definição de políticas populacionais para a região” (Relap, 2020). Mais jovem que a Rebep, que nasceu em 1984, a Relap teve seu primeiro volume editado em 2007, contando com 25 números publicados até 2019.

3.1 A Estratégia de Busca e de Inclusão e Exclusão de Material

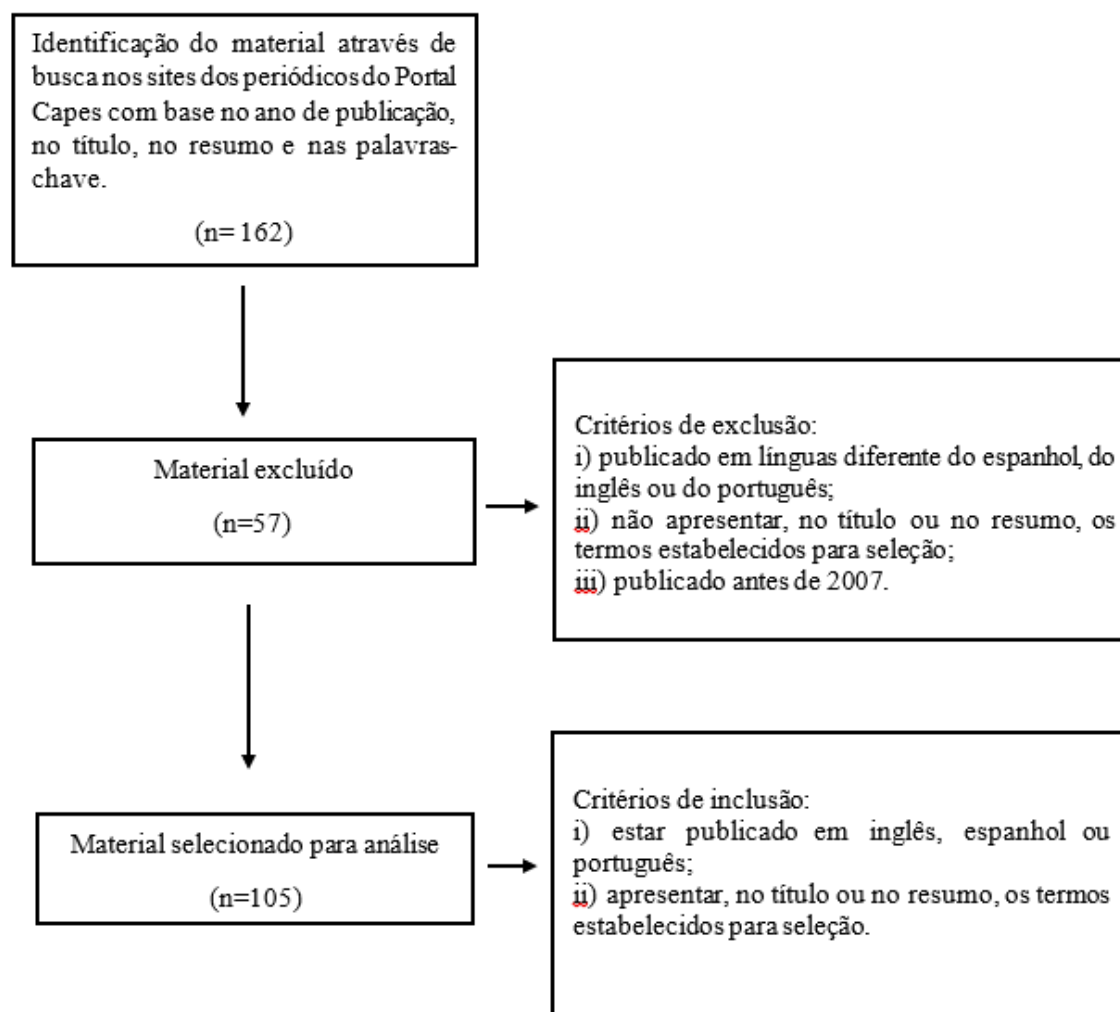
A busca pelo material foi realizada utilizando o Portal de Periódicos CAPES/MEC, através dos seguintes endereços: <https://www.rebep.org.br/revista/issue/archive> e <http://www.revistarelap.org/index.php/relap/issue/archive>. Três grupos de palavras foram usados para a procura do material de interesse: desigualdade; gênero (homem, mulher, relações de gênero, identidade); raça (indígena, negra). As palavras centrais, e aquelas a elas relacionadas, foram

procuradas no título, no resumo e nas palavras-chave dos estudos publicados, nos dois periódicos em questão.

Informações como o título do trabalho, resumo, palavras-chave, autor(es), link de localização do estudo, volume, número e ano da publicação, intervalo de páginas e tipo de trabalho, dos trabalhos de interesse, foram importadas para uma planilha Excel. Depois que trabalhos duplicados foram excluídos, o material restante foi selecionado baseado em alguns critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram os seguintes: i) estar publicado em inglês, espanhol ou português; ii) considerar as categorias gênero ou raça, ou ainda gênero e raça na discussão. Os estudos foram excluídos se: i) publicados em línguas diferentes do espanhol, inglês ou português; ii) não tinham como foco as categorias gênero ou raça ou gênero e raça; iii) foram publicados antes de 2007. O recorte temporal foi definido considerando-se o fato de que é somente a partir de 2007 que a Relap passa a existir.

A busca por palavras relacionadas a gênero e raça, nos títulos e resumos dos 432 artigos originais, editoriais, resenhas, resumos de pesquisas concluídos, notas de pesquisas, pontos de vista, notas técnicas, discursos, mesas, debates, painéis e prêmios, publicados entre o v.24 (2007) e v.36 (2019) da Rebec resultou na seleção de 106. Destas, 60 tratavam gênero ou raça como temática principal ou como categoria de controle ou, ainda, como variável relevante na análise dos resultados. A mesma busca foi feita entre o v.01 (2007) e o v.25 (2019) da Relap. Das 155 publicações, 56 foram selecionadas e, destas, 11 foram eliminadas. Assim, 45 dos textos consideraram temas relacionados a gênero e raça como central na análise, ou controle, ou como ponto nevrálgico na discussão e conclusão. Sendo assim, foram selecionados 105 textos, conforme a Figura 1, que apresenta o Diagrama de Fluxo para identificação, exclusão e inclusão do material analisado neste estudo.

Figura 1 – Diagrama de Fluxo para Identificação, Exclusão e Inclusão de Material para Análise – Rebep e Relap, 2007 a 2019



Fonte: Elaboração própria.

3.2 Análise dos Dados

A técnica escolhida para a análise do material selecionado foi a Análise de Conteúdo (AC). Bardin (1977, p. 31) define a AC como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A autora esclarece, adicionalmente, que a AC é realizada a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, sendo, portanto, um tratamento da informação que está contida nas mensagens. Assim, o primeiro passo para o desenvolvimento da AC foi a seleção das comunicações contidas na Rebep e na Relap, a partir de palavras-chave estabelecidas. Inicialmente, as palavras foram buscadas nos títulos dos trabalhos e, posteriormente, nos resumos. Todo o material encontrado foi organizado em planilhas que indicam o link de acesso ao trabalho, a edição (volume, número e ano de publicação); o tipo de trabalho (artigo original, resenha, ponto de vista, notas de pesquisa); o título do artigo; o(s)/a(s) autor(es)/autora(s) e; o resumo do trabalho.

Para o desenvolvimento da análise do material selecionado, três passos foram seguidos: realização de pré-análise; construção de categorias de análise; análise dos dados. A pré-análise tem

por objetivo a organização do material e inclui uma leitura dos textos inicialmente selecionados, a seleção dos textos que fornecem informações sobre o problema levantado e a elaboração/revisão de categorias de análise. A construção de categorias de análise, ou categorização, consiste na classificação de elementos importantes que formam o conjunto dos textos. No caso deste trabalho, a categorização foi feita a priori e de forma semântica, ou seja, temas com um mesmo sentido foram agrupados sob uma única categoria. Por fim, a análise do material foi feita à luz do aporte teórico que inclui discussões sobre gênero e raça/cor feitas por pesquisadores e acadêmicos de diferentes áreas.

4 RESULTADOS

Os resultados são apresentados de forma a responder as questões do trabalho: i) Quais abordagens metodológicas têm sido mais empregadas nos estudos incluídos nos periódicos analisados? ii) Quem são os autores e a que instituições pertencem? iii) Quais são as temáticas cobertas e como as conexões entre as duas variáveis de interesse são feitas? No entanto, antes de apresentar os resultados dessas questões, será feita uma descrição mais geral do material analisado, mostrando o número de publicações selecionadas de acordo com o tipo de texto e, também, o número de publicações, em cada um dos periódicos analisados, que abordaram temáticas envolvendo gênero/raça segundo ano de publicação e editores responsáveis.

4.1 Quais características gerais dos estudos e metodologias mais empregadas?

Entre 2007 e 2019, a Rebep publicou 60 textos que tratavam de gênero e raça, sendo 48 artigos originais, duas notas de pesquisa, dois pontos de vista, quatro dossiês, uma resenha, um artigo de revisão, um editorial e uma nota técnica. Em relação à Relap, foram publicados 43 artigos, um artigo de revisão e uma resenha com a temática gênero e raça, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Número de publicações com a temática gênero/raça, segundo o tipo de texto

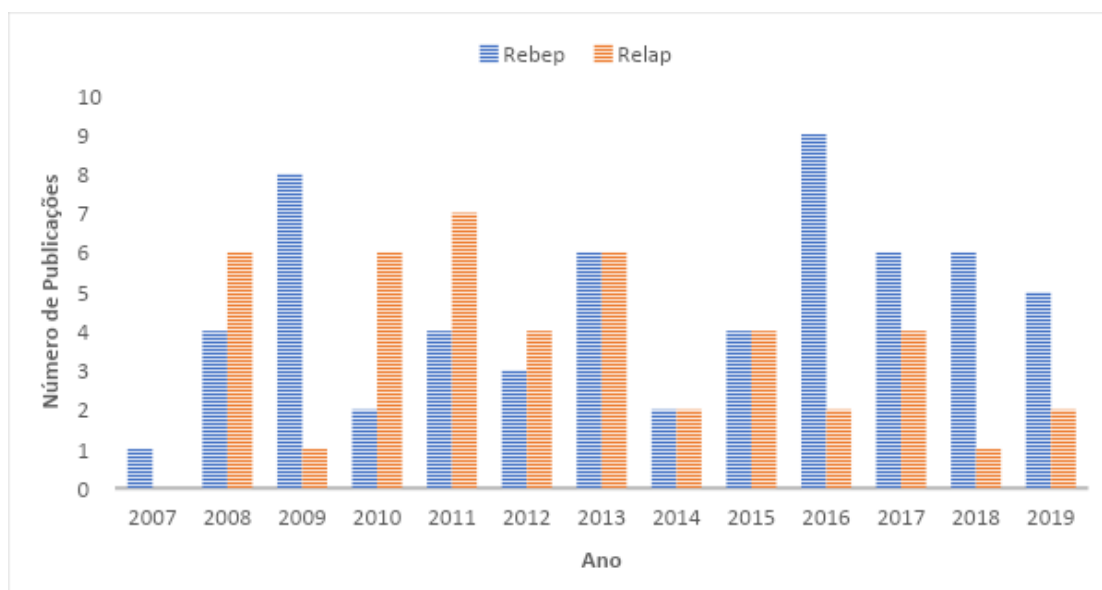
Tipos de texto	Número de publicações Rebep	Número de publicações Relap
Artigos originais	48	43
Notas de pesquisa	2	
Pontos de vista	2	
Dossiê	4	
Resenha	1	1
Editorial	1	
Nota técnica	1	
Artigos de revisão	1	1
Total	60	45

Fonte: Elaboração própria a partir dos textos publicados na Rebep e Relap.

Observa-se, no Gráfico 1, que as publicações da Rebep se concentraram, principalmente, nos anos 2009 e 2016. Em 2009, o número de publicações envolvendo temas relativos a gênero/raça chegaram a 8. Em 2016, foram 9 publicações incluindo essa temática.

Em relação à Relap, o ano de 2011 apresentou 7 trabalhos relacionados a gênero/raça, representando o maior número de textos enfocando a temática. Os anos de 2008, 2010 e 2013 apresentaram 6 publicações cada um, enquanto o quinquênio entre 2011 e 2015 concentrou 23 publicações relacionadas à temática.

Gráfico 1: Número de publicações com a temática gênero/raça na Rebep e Relap, segundo ano de publicação



Fonte: Elaboração própria.

A análise do Gráfico 1 também indica que, no decorrer do período analisado, apesar do padrão inconstante, houve um crescimento do número de publicações com os temas gênero/raça na Rebep, ao contrário da Relap, que experimentou uma redução do número de textos relacionados à temática.

A Tabela 2 mostra o número de publicações relacionadas à temática gênero e raça, de acordo com os editores/editoras que estavam à frente da REBEP no período entre 2007 e 2019. Cabe ressaltar que, nos anos de maior produção sobre gênero e raça, os editores da Rebep eram Lúri Leite e Carla Machado (2009) e Suzana Cavenaghi (2016). Entre 2013 e 2016, período em que foram publicados 21 dos 60 textos relacionado ao tema, o que corresponde a 35% do total, a editora da Rebep era Suzana Cavenaghi. Em 2007, 2010 e 2014, em contrapartida, houve uma redução nas publicações sobre gênero e raça na Rebep. Nesses anos, a temática foi abordada em apenas uma publicação em 2007 e em duas tanto em 2010 quanto em 2014.

Tabela 2: Número de publicações com os temas gênero e raça, segundo os editores/editoras da Rebep

Editor/Editora	Período	Número de publicações
Carlos Eugênio Ferreira	2007-08	5
Lúri Leite e Carla Machado	2009-12	17
Suzana Cavenaghi	2013-16	21
Simone Wajnman	2017-18	12
Paula Miranda-Ribeiro	2019	5
Total		60

Fonte: Elaboração própria a partir dos textos publicados na Rebep

A Tabela 3 descreve o número de textos abordando temas relativos à gênero e raça, conforme os editores/editoras da Relap entre 2007 e 2019. Nos anos em que se concentraram o maior número de publicações sobre gênero e raça na Relap (2011-2014), as editoras eram Marcela Cerrutti e Georgina Binstock. Nesse período, foram publicados 19 dos 45 textos com a temática, ou seja, 42,2% do total. Em 2007, 2009 e 2018, a produção sobre gênero e raça apresentada na Relap foi consideravelmente baixa, com nenhuma publicação em 2007 e apenas uma publicação em 2009 e uma em 2018.

Tabela 3: Número de publicações com os temas gênero e raça, segundo os editores/editoras da RELAP

Editor/Editora	Período	Número de publicações
Alejandro Canales e Dídimio Castillo Fernández	2007-2010	13
Marcela Cerrutti e Georgina Binstock	2011-2014	19
Wanda Cabella e Ignacio Pardo	2015-2018	11
Irene Casique e Sonia Frías	2019	2
Total		45

Fonte: Elaboração própria a partir dos textos publicados na Rebep

Em relação à metodologia empregada nos textos, para ambas as revistas, observou-se que a maioria dos estudos é de natureza quantitativa. Os autores e coautores aplicaram diferentes métodos estatísticos, realizaram análises descritivas, empregaram demografia formal e desenvolveram reconstituições de histórias com base em dados paroquiais. Os trabalhos de natureza qualitativa representaram apenas 5% de todas as publicações selecionadas envolvendo a temática de gênero e raça na Rebep e 8,8% na Relap. Esses estudos utilizaram entrevistas semiestruturadas, fizeram análise documental e empregaram entrevistas em profundidade. Além disso, três textos combinaram metodologia quantitativa e qualitativa, sendo um da Rebep e dois da Relap. A Tabela 4 mostra o número de textos de acordo com a natureza da metodologia utilizada (qualitativa, quantitativa e mista). Adicionalmente, a Tabela 4 também indica quantos textos foram classificados como metodológicos (discutia algum método em particular), teóricos, notas de pesquisa, resenhas, editoriais, notas técnicas ou pontos de vista.

Tabela 4: Número de textos publicados com a temática gênero/raça, segundo sua metodologia

Natureza do texto quanto à metodologia	Número de textos REBEP	Número de Textos RELAP
Quantitativa	44	37
Qualitativa	2	2
Misto	1	2
Metodológico	2	1
Teórico	4	2
Nota de Pesquisa	2	
Resenha	1	1
Editorial	1	
Nota Técnica	1	
Ponto de Vista	2	
Total	60	45

Fonte: Dados da pesquisa na Rebep e Relap

Quanto à autoria dos estudos analisados, as 60 publicações da Rebep foram escritas por 114 autores e coautores de 46 instituições distintas, 15 delas internacionais. Entre as instituições nacionais, os pesquisadores vinculados ao Cedeplar, à Fiocruz e à Unicamp foram os que mais publicaram textos referentes aos temas gênero e raça na Rebep. Os autores com o maior número de textos publicados sobre a temática nos 13 anos investigados foram Ricardo Ventura Santos (Fiocruz), com quatros trabalhos. Logo em seguida, com três trabalhos cada, estavam Ana Paula Verona (Cedeplar/UFGM), Cláudio Santiago Dias Júnior (UFGM), Nilza de Oliveira Martins Pereira (IBGE), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar) e Simone Wajnman (Cedeplar/UFGM).

Os 45 textos abordando temáticas relacionadas a gênero e raça publicados na Relap foram produzidos por 94 autores e coautores vinculados a 37 diferentes instituições. Os pesquisadores que mais escreveram textos enfocando gênero e raça eram associados ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina, Universidad de la República (Uruguay) e El Colegio de México (México). O autor com maior número de publicações (três) foi Mathías Nathan (Universidad de la República, Uruguay).

Os conteúdos analisados nas 60 publicações da Rebep e nas 45 da Relap foram classificados em onze e oito temáticas, respectivamente, conforme descrito na Tabela 5. Na Rebep, destacam-se os textos que tratam de populações indígenas (1/3 do total) e mercado de trabalho (1/5 do total). No que tange à Relap, as publicações estavam mais voltadas para estudos tratando de temáticas atinentes à família (26,7% do total) e mercado de trabalho (17,8% do total).

Tabela 5: Número de textos publicados com a temática gênero/raça, segundo a temática

Temas	Número de textos REBEP	Número de textos RELAP
Educação	2	
Famílias	8	12
Fecundidade		5
Mercado de Trabalho	12	8
Migração	5	6
Mortalidade e Saúde	4	6
Política	1	3
Populações indígenas	20	1
Raça	1	
Registros Vitais	1	
Religião	1	
Saúde Sexual e Reprodutiva	5	4
Total	60	45

Fonte: Dados da pesquisa na Rebec e Relap

A partir dos 60 textos analisados da Rebec e 45 da Relap, procurou-se selecionar um ou mais textos de cada ano em que os temas gênero e raça ocuparam lugar de destaque nos estudos apresentados. A próxima seção apresenta uma análise detalhada de cada uma das publicações.

4.2 De onde são os autores dos trabalhos e a que instituições pertencem?

Ao longo dos anos, muitos pesquisadores de diferentes instituições e locais tiveram trabalhos publicados na Rebec e na Relap. Na revista brasileira, como já era esperado, há uma concentração dos trabalhos de pesquisadores de instituições do próprio país. No período analisado, 94 pesquisadores apresentaram seus trabalhos em algum número desse periódico, sendo como autores únicos ou em coautoria com outros pesquisadores. Apesar de ser um periódico de circulação nacional, a Rebec também recebeu trabalhos de pesquisadores vinculados a instituições dos Estados Unidos da América, Espanha, França, México e Uruguai. Com exceção do México, cujos pesquisadores eram vinculados ao *Centro de Investigación e Innovación en Tecnologías de la Información y Comunicación* (CONACYT), todos os demais eram vinculados a universidades. No Brasil, observa-se que, embora a grande maioria dos pesquisadores estivessem vinculados a universidades, também havia alguns representando fundações e institutos brasileiros, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As instituições e os países dos pesquisadores podem ser considerados como aspectos relevantes quando se pensa nas publicações direcionadas a gênero e raça, pois dão indícios de

questões históricas vividas e de fatores que podem funcionar como facilitadores ou limitadores para publicações sobre temáticas sensíveis. Sabe-se que muitos países latino americanos experimentaram regimes opressivos durante algumas décadas, impondo cenários desafiadores para discussões e reflexões de questões ligadas às temáticas de gênero e raça. Rangel (2018) pontua que, nos períodos que vieram depois dos regimes opressores, populações marginalizadas de vários países conquistaram uma gama relativamente ampla de direitos sociais. No entanto, em tempos mais recentes, muitos países passaram por processos de destituição presidencial e novas agendas foram estabelecidas, freando, muitas vezes, projetos políticos progressistas e agendas mais favoráveis em termos de equidade de gênero. No que tange à raça/cor, Hernández (2017) salienta que, na América Latina, de modo geral, apesar das inúmeras batalhas travadas para conquistas de melhores condições de vida, os afrodescendentes ainda continuam sendo um grupo marginalizado. Muitos estereótipos negativos vinculados aos negros, de acordo com a autora, permanecem intocados.

Já na Relap, foi possível observar uma diversidade na vinculação dos pesquisadores que tiveram seus trabalhos publicados no referido periódico. A maioria dos pesquisadores era filiada a instituições de países da América do Sul, particularmente do Brasil e da Argentina. A América do Norte foi representada por trabalhos publicados por pesquisadores do México e dos Estados Unidos. Houve, ainda, um trabalho de autores da República Dominicana. Embora a grande parcela de trabalhos publicados na Relap tivesse sido de autores vinculados a instituições latino-americanas, pesquisadores da Espanha e França também tiveram trabalhos publicados na revista.

4.3 Quais temáticas são tratadas e como as conexões entre gênero e raça são feitas?

A análise dos materiais incluídos nesse estudo traz alguns ensinamentos relevantes. Em primeiro lugar, ela indica que há algumas questões que parecem ser alvo mais constante de preocupação nos estudos que levam gênero e raça/cor em consideração. Dentre tais preocupações se destacam aquelas relativas ao mercado de trabalho, previdência, aborto, saúde e população indígena, dentre outros. Algumas evidências dessas preocupações são apresentadas a seguir, primeiro, a partir de análises de artigos publicados na Rebep e, em seguida, de artigos publicados na Relap.

Utilizando o ano de publicação como referência, a primeira publicação relacionada à temática na Relap foi encontrada em 2008. O artigo *“Los varones y su relación con el aborto. Revisión de la bibliografía y sugerencias para la investigación”*, de Edith Alejandra Pantelides, revisou pesquisas a respeito do impacto do aborto sobre os homens, a participação masculina na decisão sobre o aborto, no processo de aborto e na atenção pós-aborto, e o conhecimento sobre o aborto. O trabalho tinha como propósito central compreender a visão e as experiências masculinas em relação a saúde de mulheres e homens.

Em 2009, José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi publicaram *“Dinâmica demográfica e políticas de transferência de renda: o caso do Programa Bolsa Família no Recife”*. O artigo relacionou a divisão sexual e social do trabalho com dinâmica familiar, conjugalidade, gênero e baixa condição de vida, discutindo possibilidades de se romper o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza. Diniz e Cavenaghi (2009) destacaram a importância de se reduzir a responsabilidade das mulheres em relação aos cuidados intergeracionais e aos afazeres domésticos.

Em 2010, foi publicado o trabalho de Carolina Rosas intitulado *“Género y transformaciones al interior del hogar en la posmigración: Mujeres y varones peruanos en Buenos Aires”*, cujo objetivo era analisar mudanças ocorridas entre a pré e a pós-migração na figura do “chefe” do domicílio, considerando

aspectos como a condição de financiador do agregado familiar, as hierarquias decisórias no domicílio e o tempo dedicado às tarefas domésticas.

No ano seguinte, com base no programa de saúde intercultural boliviano, a relação entre saúde reprodutiva e mulheres indígenas foi abordada por Lila Aizenberg (2011). O estudo intitulado *“Hacia una aproximación crítica a la salud intercultural”* concluiu que o referido programa funciona como parte de um processo que permite que as mulheres entendam que podem suavizar não só a barreira cultural, mas as múltiplas barreiras que as separam do sistema público de saúde existente no país.

Ainda em 2011, os artigos de Marco Castillo e Irene Casique abordaram a violência contra a mulher. O primeiro autor, em seu trabalho *“Violencia de pareja en el Paraguay según la Encuesta Nacional de Demografía y Salud Sexual y Reproductiva 2008”*, analisou os fatores de risco vinculados à violência verbal ou psicológica, física ou sexual perpetrada por parte dos parceiros das mulheres. No estudo, o autor analisou, ainda, as características das mulheres entre 15 e 44 anos que sofreram alguma violência. Já o estudo de Casique, *“Tropezar dos veces con la misma piedra: Mujeres con experiencias de violencia en dos uniones”*, verificou a situação de mulheres que foram vítimas de violência dentro da primeira união conjugal, e que também passaram por experiências de violência em uma segunda união. Os resultados da análise mostraram que o risco de violência contra as mulheres na segunda união era consideravelmente maior para aquelas que a haviam vivenciado em uma união anterior.

O texto *“Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero”*, de Lena Lavinas, Barbara Cobo, Alinne Veiga (2012), tinha como objetivo verificar se mulheres que recebiam o benefício do Bolsa Família tinham maior grau de autonomia no âmbito das relações de gênero. A partir de dados derivados de um *survey* aplicado na cidade do Recife, as autoras mostram que, mesmo com o aumento do bem-estar das famílias das titulares do programa nos quesitos relações intrafamiliares e qualidade de vida, o Bolsa Família não apresentava efeito direto sobre o que se poderia chamar de empoderamento de gênero.

No ano de 2013, o artigo de natureza quantitativa *“Una mirada de género a las representaciones sociales del cuidado de las personas mayores”* tinha como objetivo conhecer as representações sociais sobre o cuidado em uma instituição uruguaia voltada para cuidados de idosos com algum tipo de dependência, utilizando uma abordagem de gênero e de direito. Tal estudo apontou para o fato de que o cuidado de pessoas dependentes é desempenhado, principalmente, no âmbito domiciliar por familiares dos idosos. A força dos papéis de gênero ficou evidente nos resultados desse estudo, os quais mostraram que são, principalmente, as mulheres que assumem a tarefa de cuidar dos idosos dependentes e que são elas, também, que manifestam maior disposição para flexibilizar ou abandonar o emprego para cuidar de um familiar idoso.

No ano de 2014, vale analisar dois artigos publicados na Relap que abordaram a questão de gênero. O primeiro deles, intitulado *“Arranjos domiciliarios e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos”* e escrito por Lilia Montali e Marcelo Tavares de Lima, tratou da desigualdade de renda e pobreza nos domicílios, levando em consideração os arranjos domiciliares. Ao analisar as fragilidades dos domicílios mais vulneráveis, constataram que a divisão sexual do trabalho tem papel central. Com a definição dos lugares de homens e mulheres na esfera da reprodução e da produção, a divisão sexual do trabalho aponta para a limitação da inserção das mulheres responsáveis por famílias com crianças e adolescentes no mercado de trabalho, principalmente em empregos de qualidade.

O segundo artigo de 2014 selecionado para análise foi o de Wanda Cabella, *“La recomposición de pareja en el Uruguay: un estudio a partir de dos encuestas retrospectivas de la década de 2000”*.

Embora apresentasse uma abordagem de gênero de forma menos explícita, o trabalho realiza uma análise das trajetórias conjugais após a ruptura de uma união. O estudo analisou a frequência e o intervalo de tempo entre o fim de uma união e o início de, investigando se há diferença de gênero na probabilidade de recomposição da união e quais fatores influenciam nessa trajetória. Para a autora, homens e mulheres teriam probabilidades diferentes de se unirem novamente, fato que estaria relacionado aos papéis de gênero e de cuidado com os filhos. Apesar das hipóteses da autora, os resultados mostraram que homens e mulheres apresentaram semelhantes trajetórias conjugais pós-ruptura de uma união. Na verdade, os filhos não seriam um obstáculo para novas uniões, mas a idade à ruptura influenciaria tanto os homens quanto as mulheres na recomposição.

A questão de gênero foi novamente tratada em 2015, com uma discussão sobre violência conjugal contra a mulher. O artigo de Irene Casique Rodriguez, intitulado "*Nuevas respuestas frente a la violencia conyugal em México?*", analisa se a promulgação, em 2007, de uma lei contra a violência de gênero no México que permitiu que mulheres saíssem de relações conjugais violentas. Ao comparar períodos anteriores e posteriores ao da promulgação da lei, Casique Rodriguez constatou que, entre 2006 e 2011, não havia evidências significativas de soluções do problema.

Em 2016 e 2017, dois artigos sobre migração trataram de questões de gênero na Relap. Em 2016, o estudo de Telésforo Ramírez-García e Luciana Gandini "*Trabajadoras calificadas: las mujeres mexicanas en el mercado de trabajo estadounidense en perspectiva comparada*" analisou a inserção laboral de mulheres mexicanas qualificadas no mercado de trabalho dos Estados Unidos, comparando-as com mulheres nativas e imigrantes de outras regiões. Os autores observam a ausência de estudos que falam sobre a migração de mão-de-obra feminina qualificada, alegando que essa é uma questão considerada como masculina. No ano de 2017, o artigo "*The Occupational Mobility of Mexican Migrants in the United States*", de Gabriela Sánchez-Soto e Joachim Singelmann, analisou a mobilidade ocupacional de homens e mulheres nos períodos pré e pós-migração e constatou que, após a migração, tanto homens quanto mulheres experimentam uma baixa mobilidade. No entanto, enquanto as mulheres deixaram a força de trabalho ou ingressaram em ocupações de baixo status no destino, os homens mantiveram o mesmo status ocupacional que tinham no país de origem. Homens sem a documentação necessária e mulheres com educação superior tinham probabilidade mais elevada de apresentarem mobilidade descendente.

Os textos selecionados na Rebec incluem o trabalho de Izabel Marri e Simone Wanjman (2007), que trata de questões relativas ao mercado de trabalho. No estudo intitulado "*Esposas como principais proveedoras da renda familiar*", as autoras analisaram o papel da esposa na composição do rendimento familiar, em particular quando ela apresenta rendimento maior do que o do marido. A manutenção dos padrões tradicionais de divisão do trabalho e a permanência da concentração das tarefas domésticas na figura feminina, mesmo quando ela é a principal provedora financeira, foram aspectos enfatizados.

Já no âmbito da saúde, o trabalho de Maria Eponina Abreu e Torres, Paula Miranda-Ribeiro e Carla Jorge Machado, publicado em 2008, "*Vai lá, tira a roupa... e...pronto: o acesso à consultas ginecológicas em Belo Horizonte, MG*", investigou as percepções das mulheres entre 18 e 59 anos sobre o acesso à consulta ginecológica, considerada fundamental para a saúde reprodutiva e sexual. Utilizando dados quantitativos e qualitativos, os resultados revelaram que desigualdades em variáveis como escolaridade, renda, ter plano de saúde e raça/cor influenciam no acesso à consulta ginecológica. Mulheres em condições menos favoráveis em termos de escolaridade e acesso às consultas eram, também, aquelas que apresentavam menor poder de negociação para evitar relações sexuais desprotegidas.

Em 2009, o texto de Natália Nunes Ferreira Batista e Maria Cristina Cacciamali intitulado *“Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração”* constatou uma elevada diferença salarial entre homens e mulheres migrantes, residentes fora da Região Sudeste em função da valorização dos atributos masculinos vis-à-vis aos femininos. Em 2010, a questão de raça foi abordada no estudo *“Domínios de saúde e raça nas medidas genéricas de qualidade de vida associada à saúde na literatura dos Estados Unidos”*, escrito por Claudia Cristina de Aguiar Pereira, Mari Palta e John Mullahy. Ao realizar uma revisão de estudos que tratavam da relação entre raça, qualidade de vida e saúde, os autores observaram que a grande maioria dos trabalhos que analisaram encontrou que os negros americanos tinham uma qualidade de vida e condições de saúde menor do que os brancos.

A reforma previdenciária foi foco de alguns estudos como, por exemplo, o realizado, em 2011, por Izabel Marri, Simone Wajnman e Mônica Viegas Andrade. O trabalho das autoras, intitulado *“Reforma da Previdência Social: simulações e impactos sobre os diferenciais de sexo”*, procurou analisar se as modificações nas regras de elegibilidade estipuladas pela reforma previdenciária influenciavam as iniquidades de renda de homens e mulheres na velhice. De um modo geral, os resultados demonstraram que as possíveis alterações reduziram a renda das idosas em comparação à dos idosos, aumentando o diferencial na renda média de acordo com o sexo.

Em 2012 a preocupação em relação ao aborto induzido foi destacada no trabalho de Rebeca de Souza e Silva e Solange Andreoni, denominado *“Fatores associados ao aborto induzido entre jovens pobres na cidade de São Paulo, 2007”*. Nele, as autoras ressaltaram que a falta de contraceptivos eficazes aumenta as chances de um aborto provocado e apontam para a necessidade de investimentos em recursos para a implementação de métodos contraceptivos eficazes destinados às mulheres no início da vida reprodutiva. Em seguida, no ano de 2013, foram encontrados estudos voltados para questões indígenas. Anota de pesquisa de Claudio Santiago Dias Júnior e co-autores, intitulada *“Prevalência de parasitoses intestinais e estado nutricional, segundo sexo e idade, entre a população indígena Caxixó, Minas Gerais, Brasil”* é um deles. Os autores procuraram demonstrar a necessidade de maiores investimentos em saneamento e educação alimentar entre populações indígenas.

Em 2014 o artigo de Maira Covre-Sussai, *“Tomada de decisão conjunta: construção e validação de uma proxy-chave para o estudo das relações de gênero de casais contemporâneos”*, discutiu questões relacionadas à igualdade de gênero, analisando aspectos vinculados às tomadas de decisões, deixando evidente que as diferentes realidades socioeconômicas que permeiam o país interferem na probabilidade um casal tomar decisões conjuntas, marcando diferenças regionais. Já em 2016, a influência de programas assistenciais, em específico o Bolsa Família, na individualização das mulheres pobres, foi investigado por Luana Passos de Souza e Fábio Domingues Waltenberg no estudo *“Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?”*. De acordo com os autores, o programa reforça papéis tradicionais, pois as beneficiárias permanecem cuidando das atividades domésticas e assumindo as responsabilidades familiares.

Em 2017, 2018 e 2019, os três últimos anos incluídos no estudo ora desenvolvido, o foco dos artigos analisados estava voltado para questões relativas à demografia histórica brasileira, à alocação do tempo no mercado de trabalho e ao emprego doméstico, respectivamente. Enquanto em 2017 constatou-se um maior número de trabalhos tratando de questões raciais, em 2018 e 2019 os materiais analisados mostravam preocupação com a evolução do tempo dedicado, semanalmente, a atividades no mercado formal de trabalho e no domicílio, comparando homens e mulheres e, também, com o perfil e precariedade do trabalho de empregadas domésticas. No artigo de 2017, *“Participação no setor não agrícola no México rural: uma perspectiva de gênero”*, Jorge Mora-Rivera e co-autores procuraram estabelecer a relação entre gênero e raça. Ao fazê-lo, constataram que homens com

baixos níveis de escolaridade compõem as ocupações assalariadas não agrícolas. No caso dos indígenas, a participação nesse setor é limitada tanto para homens quanto para mulheres. No artigo *“Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer”*, publicado em 2018 e escrito por Ana Luiza Nevs de Holanda Barbosa, os resultados revelaram que, entre 2001 e 2015, houve uma elevação do tempo de lazer mais acentuada para as mulheres do que para os homens. No entanto, ainda assim, os homens desfrutam de mais horas de lazer do que as mulheres. Ou seja, embora a desigualdade entre homens e mulheres tenha diminuído nesse quesito, ela ainda permanece. Por fim, o texto de 2019, de Graciele Pereira Guedes e Elisa Monçores, *“Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade”*, analisa empregadas domésticas e cuidadoras profissionais, realidade vivenciada majoritariamente por mulheres pretas e pardas. A conexão entre gênero e raça, feita nesse estudo, permite verificar a vulnerabilidade imposta para milhares de mulheres, especialmente às pretas e pardas, que estão, em geral, mais sujeitas a trabalhos precários, marcados por cargas horárias elevadas, baixos níveis de remuneração e ausência proteção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

objetivo central deste estudo foi analisar se, e como, a conexão entre gênero e raça é tratada na produção científica publicada na Rebec e na Relap entre 2007 e 2019. Gênero e raça, embora fundamentais para o entendimento de diversos fenômenos, nem sempre merecem a devida atenção por parte dos demógrafos e das demógrafas. Os resultados das análises das publicações, tanto na Relap quanto na Rebec, mostram que, entre 2007 e 2019, foram publicados 60 trabalhos na Rebec e 45 na Relap. No entanto, o número de trabalhos voltados para discussões acerca de questões envolvendo gênero, raça ou ambas as variáveis não foi constante – na Rebec, o pico de artigos tratando de uma dessas variáveis foi observado em 2016 e, na Relap, em 2011. As autorias são variadas, bem como as filiações institucionais. A maioria dos estudos utiliza dados quantitativos, mas aparecem também estudos qualitativos e de métodos mistos.

É importante pontuar que uma parcela dos estudos analisados, embora apresente discussões relacionadas a homens e mulheres, não necessariamente apresenta um enfoque que possa ser considerado como de gênero. O enfoque de gênero precisa extrapolar a mera discussão das diferenças de sexo. Gênero implica uma reflexão mais profunda acerca de como papéis, comportamentos, atividades e atributos definidos como adequados para homens e mulheres em uma determinada sociedade, num determinado período de tempo, afetam positiva ou negativamente a vida dos indivíduos. Implica, também, entender que gênero não diz respeito somente às relações entre homens e mulheres, mas, também, às relações que se estabelecem entre mulheres e mulheres e homens e homens. Tudo isso é socialmente construído e, em geral, aprendido por meio de processos de socialização. As desigualdades decorrentes dessas construções resultam, na maior parte das sociedades, em possibilidades distintas de acesso a bens e serviços e a capacidade de controle diferenciadas para homens e mulheres. Isso faz com que algumas pessoas tenham mais liberdade e oportunidade do que outras, sugerindo que, conforme defende Scott (1986), gênero é uma dimensão decisiva da igualdade e desigualdade de uma sociedade.

As disparidades raciais são fortes em diversos países que integram América Latina, mas pouco se tratou delas nos artigos analisados. Já a análise interseccional de raça e gênero, pouco presente nos estudos publicados na Rebec e na Relap, deixaria ainda mais claro o papel da variável raça em diferentes contextos latino-americanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. (2004). Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. Nota Técnica. Brasília: IPEA.
- Aguião, S. (2017). Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). *Cadernos Pagu*, (51), e175107. Epub January 08, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510007>
- ALVES, J. A. e CORRÊA, S. (2004). Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In. *Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo* (pp. 121-223). Campinas, Brasil: ABEP; UNFPA.
- ANTÓN, J. et al. (2009), *Afrodescendientes en America Latinay el Caribe: del reconocimiento estadístico a la realización de derechos*. Santiago de Chile, Cepal.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BIROLI, F.; MIGUEL L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20 (2), 27-55.
- BRAH, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376. (Original publicado em 1996)
- CARNEIRO, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. IN Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora.
- CEPAL. (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), (2019). La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes (LC/CRM.14/3), Santiago, CEPAL.
- ESTUDO REGIONAL SOBRE O PROGRESSO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: Mulheres Negras Cone Sul Colectiva Mujeres (Uruguai); Colectiva Mujeres Afrodescendientes Luanda (Chile), Criola (Brasil), Geledés – Instituto da Mulher Negra (Brasil) (s.d.).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas). Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf . Acesso em: 06 de abril de 2020.
- HAKKERT, R. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte: ABEP, 1996. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/textos/article/view/2987/2851> Acesso em: 01 de setembro de 2020.
- HERNÁNDEZ, T. K. (2017). *Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Cívicos*. Salvador: EDUFBA.
- MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (2010). Prefácio. IN: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs) *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- MCDONALD, P. (2000). Gender Equity in Theories of fertility Transition. *Population and Development Review* 26 (3), 427-439.
- NASH, J. (1992). "Estudios de género en Latinoamérica." *Mesoamérica*, 23: 1-22.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2016). Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. ONUBR.
- RANGEL, P. D. (2018). Guinada conservadora em políticas de gênero na América Latina: reflexões iniciais. *Cadernos Adenauer* XIX, nº1.
- REBEP (2020). <https://rebep.org.br/revista>

RELAP (2020). <http://revistarelap.com/index.php/relap/issue/archive>

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

RILEY, N. Research on gender in demography: limitations and constraints. *Population Research and Policy Review*, v. 17, 1998, p. 521-538.

SAENZ, R. and M.C. MORALES. (2005). Demography of Race and Ethnicity. In D.L. POSTON, Jr. and M. MICKLIN (eds.), *The Handbook of Population* (Pp. 169–208). New York, NY: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

SCOTT, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review* 91 (5): 1053-1075.

SOIHET, R. (2000). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. (p. 362-400). São Paulo: Contexto.

WILLIAMS, J. R. (2010). Doing feminist-demography. *International Journal of Social Research Methodology*, 13(3). 197-210.